PKS
PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT

REVISTA DE GEOGRAFIA (UFPE)
www.ufpe.br/revistageografia

OJS
OPEN JOURNAL SYSTEMS

# TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA ÁREAS DE FRONTEIRA DA SOJA NO SUL DO MARANHÃO

*Sávio José Dias Rodrigues*[1]

*1 – Universidade Federal do Maranhão, Coordenação de Ciências Humanas, Pinheiro-MA, Brasil, e-mail: saviodiasbr@hotmail.com*

*Artigo recebido em 29/10/2013 e aceito em 12/03/2015*

**RESUMO**
Análise da reestruturação do trabalho em áreas de expansão da moderna agricultura da soja no sul do Estado do Maranhão. A partir do método do materialismo histórico-dialético, partimos da análise de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de pesquisa de campo em três dos municípios principais da região produtiva agrícola do sul do Maranhão, Balsas, Tasso Fragoso e São Raimundo das Mangabeiras. A expansão da moderna agricultura capitalista da soja no sul do estado está associada a utilização de técnicas avançadas de plantio, e que tem base na subordinação da ciência pelo modo de produção vigente. Estas técnicas exigem um trabalhador mais qualificado nas atividades da agricultura moderna, fazendo com que o mercado de trabalho criado nessas regiões tenha um perfil de exclusão da mão de obra liberada do campo por proletarização e também da mão de obra que chega a região, atraída pelo discurso modernizador, servindo como exército industrial de reserva e sendo funcionais no processo de acumulação capitalista, rebaixando salários e sendo empregados em serviços precarizados.
**Palavras-Chave:** Reestruturação; Técnica; Agricultura; Trabalho.

# WORK AND RESTRUCTURING OF AGRICULTURE AREAS OF THE SOUTH BOUNDARY OF SOYBEAN MARANHÃO

**ABSTRACT**
Analysis of restructuring of work in expansion areas of modern agriculture of soy in the southern state of Maranhão. From the method of historical and dialectical materialism, we start from the analysis of data of Ministry Labor and Employment (MTE) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and field research in three main cities of productive agricultural region Southern Maranhão, Balsas, Tasso Fragoso and São Raimundo das Mangabeiras. The expansion of capitalist modern agriculture of soy in the Southern State is associated with use of advanced planting techniques, and that is based on the subordination of science by the existing mode of production. These techniques require a more skilled worker in the activities of modern agriculture, causing the labor market created in these regions have a delete profile of labor released from the field by proletarianization and also the labor that comes to the region, attracted by the modern discourse, serving as a labor army reserve and being functional in the process of capitalist accumulation, lowering wages and being employed in precarious services.
**Keywords**: Restructuring; Technical; Agriculture; Work.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de reestruturação do trabalho em áreas de expansão da moderna agricultura da soja na região produtiva agrícola da soja no sul do Maranhão. Esta região compreende 21 municípios no sul do estado e é a principal região de produção de soja, e que a partir do final da década de 1970 começa a produzir esse grão. Somente a partir da década de 1990 a expansão da agricultura da soja se efetiva na região com o aumento da área plantada, e o aumento da participação da produção da região, chegando a representar mais de 80% da produção agrícola de municípios como Balsas/MA, principal produtor.

A questão do trabalho nessa região se coloca como basilar do processo produtivo por dois motivos. O primeiro se refere à demanda específica criada, com novos postos de trabalho e as suas características próprias que são inerentes ao lugar. O segundo traz como referência a dinâmica de acumulação de capital, e como ela se dá em áreas de fronteira, tendo como aporte teórico a expansão territorial do capital.

O contexto regional agrícola que se caracteriza por uma intensa presença de agricultores familiares e grupos camponeses faz com que a expansão da moderna agricultura da soja se torne peculiar no que diz respeito a organização do trabalho. De um lado, o discurso criado de criação de postos de trabalho, em que esta atividade figura como uma das principais do projeto desenvolvimentista do Maranhão divulgado pelo Estado, que atrai migrantes advindos de áreas pobres que buscam melhores condições de vida no trabalho na moderna agricultura.

A partir da análise de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como pesquisa de campo realizada na cidade de Balsas, Tasso Fragoso e São Raimundo das Mangabeiras, onde fazemos uma discussão do que seria essa reestruturação do trabalho nessa região.

Dividimos esse trabalho em duas partes principais. A primeira serve como arcabouço teórico, sem isentar da relação conceito/realidade. Nessa tratamos da técnica e do espaço como conceitos da reestruturação capitalista. Esses dois conceitos servirão para nortear a segunda parte que trata especificamente das transformações do mundo do trabalho.

O método do materialismo histórico e dialético cumpre com a nossa pretensão aqui, em que, de início o conceito não pode ser pensado distante do real/contexto social em que é produzido, assim, a realidade específica do sul maranhense exige um esforço no sentido de pensar conceitos da produção capitalista do espaço e da acumulação capitalista nesse espaço.

Sendo assim, chegamos ao que Edward Soja diz de um materialismo dialético-espacial e que é corroborado por outros teóricos, como David Harvey.

Partimos do materialismo histórico e dialético de Marx para tratar da expansão da fronteira da soja como processo concreto. A realidade concreta maranhense não se desliga da totalidade-mundo, mas concebe novas formas de ver o conceito, o que nos permite repensar a relação teoria e prática nessa subtotalidade. Assim como afirma Marx (1982) a produção é sempre um ramo particular da produção ou ela é *totalidade*, nisso os processos de sua reprodução são perfeitamente analisáveis como processos totais que se dão compondo a totalidade maior.

Para tentar dar conta da nossa perspectiva teórica e com atenção voltada a nossa problemática de pesquisa, fizemos coleta de dados da agricultura da soja identificando os municípios de expansão e consolidação desta cultura. Além de dados que demonstrem o perfil técnico, empresarial e do trabalho na região. Assim, buscamos informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Maranhense de Estudos Socio-Econômicos e Cartográficos (IMESC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de outras agências de pesquisa. Também fizemos coleta e análise de dados do Banco de Luta pela Terra (DATALUTA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA DA MODERNA AGRICULTURA E A QUESTÃO DO TRABALHO

A escolha do método não é sem propósito. Quando escolhemos o materialismo histórico e dialético, temos que o processo em questão se dá com a reprodução de contradições, inerentes à dinâmica de reprodução do modo de produção capitalista.

Entendemos que a questão que norteio o trabalho perpassa pela ideia da acumulação a partir da apropriação do trabalho não pago. Este vem a ser o eixo do funcionamento do modo de produção capitalista na produção do capital. A contradição entre capital e trabalho se torna inerente, mas ao mesmo tempo, necessária no processo de reprodução do modo de produção hegemônico.

A partir daqui podemos nos encaminhar para dois percursos distintos, mas que em nossa análise são combinados. O primeiro é da liberação da força de trabalho para serem assalariados pelos donos dos instrumentos de produção, efetivando a maneira clássica de extração de mais-valia pelo capitalista. A segunda é a não liberação por completo do trabalhador, ou sua subordinação, que efetivaria o que Maria Nobre Damasceno chama de semi-proletarização.

A proletarização do trabalhador aparece de maneira bem simples com a expansão das fazendas. É clássica, pois é típica do início do capitalismo, assim como descreve Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Leo Huberman. Os camponeses, do período feudal, que utilizavam das terras comuns, tem essa possibilidade limitada pelo cercamento das terras, impossibilitando a sua reprodução a partir da produção familiar, obrigando-os a se empenharem na produção do senhor feudal.

A expansão da fronteira é por si só a reestruturação do espaço por uma nova atividade produtiva, em que há se impõe uma nova função para os fixos, além da construção de novos objetos espaciais. Com novas atividades de produção do espaço, a fronteira impõe novas formas de trabalho.

No sul do Maranhão, na região agrícola produtiva de Balsas, objeto de nossa análise, as formas de trabalho pretéritas, como as exemplificadas por Maria da Glória, caso da agricultura camponesa, que tem como um de seus fundamentos a solidariedade comunitária, elemento citado por Ariovaldo para caracteriza-la é rompida para dar lugar a lógica do lucro, elemento fundamental da agricultura capitalista.

A agricultura da soja a partir da década de 1970 teve uma larga expansão nos cerrados brasileiros, impulsionada pelos mercados internacionais e pelo custo baixo de produção nessas áreas. Juntamente com sua expansão, a necessidade por concorrer internacionalmente, aumentando produtividade e taxa de lucro, foi acompanhada por uma intensa inserção técnica em sua produção. A partir da década de 1980 e principalmente da década de 1990, o cultivo da soja cresce nos cerrados nordestinos. O oeste da Bahia, o Sudoeste do Piauí e o sul do Maranhão são as principais áreas de produção de soja no nordeste. Juntamente com a expansão e crescimento dessa cultura na região é acompanhada também de uma nova organização técnica e de um novo padrão espacial.

As modificações técnicas introduzidas na agricultura, bem como a expansão da moderna agricultura, têm ocasionado mudanças significativas no espaço brasileiro nas últimas décadas. Na verdade, o aparato técnico engajado nas novas formas de produção da agricultura pode nos levar a pensar em novas dinâmicas de produção do espaço nas regiões de expansão da moderna agricultura. Essas novas dinâmicas estão interligadas aos agentes que se relacionam a técnica moderna e que tem base no trabalho como categoria social.

Essa refuncionalização do espaço, em que a função do espaço da agricultura camponesa é substituída pela função que é imposta pela agricultura capitalista da soja, principal atividade

de expansão da fronteira da moderna agricultura capitalista no estado, modifica as relações de trabalho, elemento primordial na compreensão da produção do espaço.

A produção do espaço, por ter a mediação no trabalho, não pode ser desconsiderada das mudanças do trabalho com a expansão de novas atividades na fronteira. Assim, a forma da produção do espaço se transforma com as modificações do trabalho.

Podemos falar que a produção e reprodução do espaço têm intima relação com a reprodução do modo de produção que predomina em determinada Formação Social. O próprio conceito de espaço geográfico como sendo a inseparabilidade dos sistemas de objetos, ou seja, os fixos espaciais (infra-estrutura, estradas, etc), e dos sistemas de ações, as relações sociais propriamente ditas, denominam a imbricação das formas que o espaço toma e o modo de produção. No campo brasileiro, o modo de produção capitalista imbuiu sua forma de organização sempre de maneira exógena, com as forças externas de reprodução do modo de produção capitalista agindo no espaço agrário do país. Assim foi com a cana-de-açúcar, da mesma forma o café, e todos os outros ciclos econômicos da agricultura brasileira. As modificações do modo de produção a nível mundial quanto suas formas de produção implicaram em mudanças nas configurações do espaço geográfico brasileiro.

O remodelamento da Divisão Internacional do Trabalho, teve consequências nos novos produtos agrícolas brasileiros e das novas áreas da produção mundializada. Espaços foram recolocados e realocados nos circuitos produtivos diversos. Produtos como a soja, despontam no novo cenário agrícola brasileiro a partir da década de 1970, fazendo com que um número considerável de empresas e de proprietários agrícolas migrem da região Sul do país para o cerrado brasileiro, instaurando o que ficou conhecido como sendo o "modelo Centro-Oeste" (ELIAS, 2006), com vastas áreas de cerrado cobertas por plantações de soja para abastecer o mercado externo, sendo negociados nas principais bolsas de valores do mundo, e sendo financiados pelo Estado e com parcerias entre grandes empresas multinacionais, como a Bunge e a Cargil.

No Nordeste, as transformações são sentidas com a reutilização de espaços subutilizados pelo modo de produção, o que chamaríamos de "lugares de reserva" do modo de produção capitalista, nas palavras de Denise Elias (2006), que passam a ser lugares de reprodução do capitalismo, e são agora os "pontos luminosos" dentro da região. Desde os pólos de fruticultura irrigada no Vale do Rio Açu, no Rio Grande do Norte e no Vale do Rio Jaguaribe, no Ceará; em Juazeiro na Bahia; os polos têxteis de Forteleza, também no Ceará; os polos do agronegócio da soja em Eduardo Magalhães, na Bahia; em Uçui, no Piauí; e em Balsas, no

Maranhão, passam a ser lugares dos circuitos rápidos da economia, se reproduzindo segundo uma ordem global.

A organização territorial que essas regiões passam a ter são exógenas ao lugar, com forte importância das multinacionais estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos como a Cargil e da Holanda, como a Bunge. Essas empresas, que não atuam como proprietárias de terras, agem comprando a produção de médios e grandes empresários agrícolas, financiando e cedendo adiantamentos a estes, monopolizando antecipadamente a compra dos produtos agrícolas destas regiões.

No Maranhão, o município de Balsas polariza os negócios da soja, com grande movimentação de capitais referentes a essa cultura.

Nas chapadas do sul Maranhense, a soja se expande atrelada ao discurso desenvolvimentista no estado, em que haveria a criação de postos de trabalho, absorvendo a mão de obra da região e geraria renda para a população local e assim, dinamizando a economia do estado. O crescimento do agronegócio da soja no Maranhão aparece como uma das atividades redentoras do estado, juntamente com os grandes projetos minerais/metalúrgicos e petrolíferos/energéticos[1], que tem na geração de renda pela criação de empregos sua base fundamental nos discursos criados para justificar sua instalação.

A agricultura da soja significa para a região do sul maranhense, com seu aparato técnico um novo padrão espacial, imposto por novos agentes e com novas lógicas de produção do espaço. Podemos elencar dois processos importantes as modificações espaciais da região. O primeiro diz respeito à característica urbana da agricultura da soja. Ela demanda uma série de outras atividades que lhe dão suporte, desde as ligadas ao setor financeiro, produtivo, imobiliário, de insumos, até atividades indiretamente interligas a sua expansão como de educação, ou o comércio local, atividades estas, sobretudo, urbanas.

Outro processo está ligado a criação de uma nova demanda por mão-de-obra. Essa demanda tem feito se intensificar o fluxo migratório para a região, além de surgir novas formas migratórias que interferem na dinâmica territorial da produção do espaço. De um lado, mão-de-obra qualificada atraída pelas novas atividades ligadas diretamente ao agronegócio e de outro há também a chegada de uma força de trabalho para atuar temporariamente em atividades sazonais da soja e que exige menor qualificação. Podemos também compreender essa chegada, também, como o engrossamento do exército de reserva, composto por migrantes que chegam a

[1] Estes projetos têm sido mais recentes no estado com o investimento de empresas públicas como a Petrobrás que está construindo a Refinaria Premiun, uma das maiores da América Latina, e de empresas privadas, como os investimentos do Grupo EBX, do empresário Eicke Batista.

região e que não se enquadram diretamente nas atividades da soja e são absorvidos em outras funções ou no mercado de trabalho informal, além da migração de camponeses que perderam suas terras com a expansão das fazendas de soja.

Assim, os processos de exclusão na região, se interligam a expansão das atividades da soja, o que poderíamos relacionar com os padrões de acumulação da agricultura capitalista que se desenvolve na região. Fazendo-nos pensar a organização do trabalho para a expansão da moderna agricultura da soja, a partir da precarização do trabalhador no processo de acumulação capitalista na região.

A expansão da fronteira da moderna agricultura modifica o padrão técnico da produção regional. Na verdade, ela se baseia num novo paradigma técnico, em que o nível de tecnologia utilizado é vinculado às formas de atuação por parte de determinados grupos econômicos (BERNARDES, 2002) que modifica as relações de produção na sua área de expansão e de abrangência. Seria a formação de *fronts* modernos com base no meio-técnico-informacional (SANTOS, 2006). Além de um novo padrão técnico há uma tendência crescente do espaço se refuncionalizar, modificando as estruturas econômicas, sociais e culturais.

O trabalho dentro deste contexto tende a se organizar obedecendo aos imperativos da nova ordem social que a agricultura capitalista vai trazer. O mercado de trabalho, por exemplo, vai ganhar características próprias para atender as demandas de acumulação impostas pela ordem social, que inclusive não tem características do *lugar*. O trabalho como elemento explicativo do valor na teoria de Marx (MARX, 2011), é articulado no intuito de obter a maior taxa de exploração do trabalhador.

O mercado de trabalho que gira em torno das atividades relacionadas a produção da soja, e que nem sempre tem ligação direta a produção agrícola, como por exemplo, ligando-se a logística, comunicação e comércio, geram diferentes perfis de profissionais. Desde o trabalhador com qualificação, empregado em indústrias de beneficiamento e na própria produção agrícola, na implementação de técnicas modernas de cultivo, até o trabalhador que atua na operacionalização de técnicas, como utilização de agrotóxicos, ou o trabalhador do comércio de insumos que cresce exponencialmente na região, ou ainda aquele ligado as atividades marginais que crescem com a expansão econômica dos centros urbanos regionais.

Essa transformação do mercado de trabalho nos leva a reflexão da precarização do trabalhador na região e sua ligação com o padrão de acumulação que se hegemoniza, é daí que nossa problemática parte, tentando responder quais as imposições a organização do trabalho

que esse novo padrão traz diante das novas dinâmicas de produção do território, com as transformações do elemento ontológico do trabalho na produção desse novo espaço da soja. Pensar o trabalho nesse processo é colocá-lo como elemento fundamental no processo de acumulação capitalista nas áreas de expansão da fronteira. Principalmente a partir da relação valor-trabalho, em que o único produtor de valor continua sendo o trabalho no processo de produção. Nesse sentido, a fronteira da soja permanece, apesar do uso de técnicas modernas, se apropriando do trabalho de diversas maneiras.

A expansão da moderna agricultura da soja na região do sul do Maranhão e o seu novo padrão espacial imposto na região é compreendida por nós a partir de dois elementos. O primeiro diz respeito a estrutura do modo de produção capitalista, exigindo uma reflexão acerca da sua expansão a partir da inserção dos espaços nos circuitos globalizados da economia, e que permite uma série de temas para a discussão, como por exemplo, a reestruturação espacial e suas características na nova fase do capitalismo. O segundo traz o debate das características locais de inserção dessa atividade na economia-mundo. Esse segundo elemento pode ser compreendido na relação entre o lugar e a totalidade.

Isso nos faz refletir que a expansão da soja no Sul Maranhão e a formação de uma região produtiva entre os estados do Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, formando a região de BAMAPITO (ALVES, 2009), é resultado de um conjunto de fatores de ordem internacional e que também tem referência no *local*. Tanto a reestruturação de espaços no sertão brasileiro com vistas a atender a demanda internacional por proteína vegetal, fazendo crescer a área produzida por soja nos cerrados nacionais, como também as características físicas e políticas que o sul do Maranhão oferece são importantes aqui. A consolidação desse *front* se dá com um conjunto de elementos articulados entre a esfera local e global do processo de reestruturação produtiva do capital. O financiamento dado pelo Estado através de suas agências de financiamento; a constituição do "corredor norte de exportação"; as condições edafo-climáticas que a região oferece, além do baixo custo da terra e da produção são alguns dos fatores dessa consolidação.

**A nova região produtiva da soja no Sul do Maranhão**

A análise da formação da região agrícola produtiva da soja, no que Vicente Eudes denominou de BAMAPITO, é resultado de uma série de fatores, que não se juntam em justaposição, nem de forma aleatória, mas se completam, se confrontam e (re) criam o espaço regional da soja com suas características próprias. Agremiando características naturais,

políticas e até referentes ao planejamento estatal que pode ser elencados aqui, além de outras mais.

O planejamento, para constituição da região produtora de grãos pode ser analisado como parte do mecanismo de reprodução ampliada do capital, o que Francisco de Oliveira (1981) vai constatar como instrumento de reprodução do modo de produção, no seu "Elegia para uma Re(Li)gião".

O aparato que o Estado passa a construir na região para torná-la atrativa, pode se inserir no que Henri Lefebvre descreveu de Modo de Produção Estatal (MPE), em que o Modo de Produção Capitalista (MPC), desenvolvendo-se, produz seu espaço (sendo assim, produto social), integrando e investindo na gestão, produzindo seu próprio espaço e se transformando, dessa maneira, em MPE (LEFEBVRE, 1978).

A relação entre Estado e Espaço tem momentos que podem ser enumerados da seguinte maneira: o primeiro momento é a produção de um território nacional, é um espaço material, em que se tem a ação das classes, das gerações, dos poderes políticos etc.; o segundo momento é da produção do espaço material, as instituições tem seu espaço pelo seu papel na divisão do trabalho social; O terceiro momento é o da representação de um espaço mental, que não é nem físico e nem social e que ao mesmo tempo não se separa destes. É na luta de classes que o Estado impõe sua racionalidade através do Espaço, emergindo, dessa forma, o Modo de Produção Estatal (LEFEBVRE, 1978).

Assim, os instrumentos criados pelo Estado para a expansão da agricultura da soja podem ser entendidos dentro da luta de classes, na perspectiva exposta por Lefbvre aqui, que nesse caso específico pode ser descrita a partir da disputa pelo controle do espaço entre pequenos agricultores remanescentes da agricultura familiar tradicional, com bases camponesas e os grandes agricultores e empresários ligados a atividade da soja.

As infraestruturas logísticas, como a estrada de ferro Carajás-São Luis; a estrada de ferro Norte-Sul; a BR-230 servem como promessas de custos baixos para os produtores atraídos para produzir soja na região. Além de financiamentos dados pelo BNDES e por programas como o PRODECER, que a partir de sua terceira versão já abarca o território maranhense e a construção de fixos destinados ao escoamento da produção serve para tornar a região atrativa. Uma tentativa de colocar o cerrado maranhense dentro da competição regional da produção de grãos, fazendo-o aparecer nas estatísticas nacionais da produção de grãos.

Os elementos acima mencionados, dentro desse panorama de luta de classes pelo controle do espaço, tornam a região atrativa para os chamados "gaúchos" a partir da década de

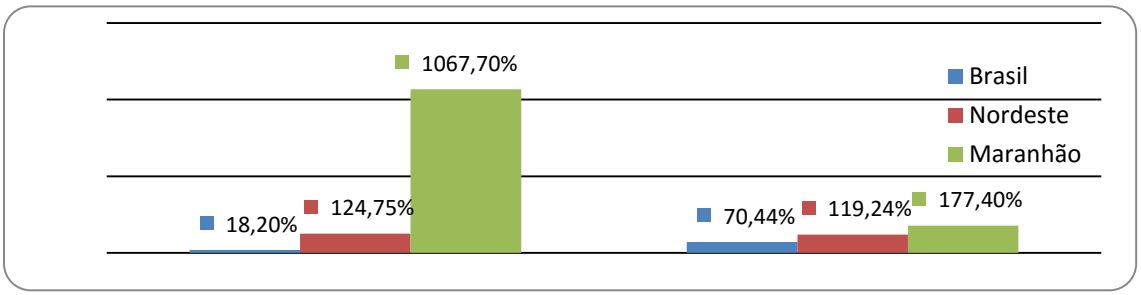
1970 e 1980, que por causa da terra saturada e dos altos custos de produção na sua região de origem migram para o cerrado brasileiro, na esperança de altas taxas de lucro e maiores facilidades. Os chamados "gaúchos", inicialmente compostos pela grande maioria de gentílicos sul-rio-grandenses, passam também a designar paranaenses, paulistas ou quaisquer outros agricultores que apresentem fenótipos sulistas e que cheguem às regiões de cerrado visando a agricultura moderna. São denominados assim pela população local que passa a relacionar esses sujeitos a pessoas de posses que chegam a região.

Esses agricultores, como explica Maristela de Paula Andrade (1981; 1983), inicialmente se empenham na produção de arroz, mas em decorrência dos empecilhos climáticos e da disponibilidade hídrica para a produção deste grão, além do apoio dado a produção sojícula, passam gradativamente a produzir soja na região.

Esse contexto associado a demanda internacional pelo grão, além do que Júlia Adão Bernardes vai chamar de "descentralização seletiva nos cerrados do Norte e Nordeste do país" (BERNARDES, 2009, p 13), traz como tendência a expansão territorial da rede de atividades produtivas, expondo o cerrado maranhense para a economia internacional a partir da moderna agricultura.

Apesar de ainda não ter uma grande produção de soja comparada com os maiores produtores do país[2], o crescimento da produção e da área plantada no estado do Maranhão é significativo chegando a espantar, sobretudo na década de 1990 quando tem um crescimento de mais de 1.000% de aumento na área plantada e mais de 10.000% na quantidade produzida. O gráfico a seguir compara o crescimento da área plantada no Brasil, região Nordeste, estado do Maranhão, tanto no período de 1990-2000 como em 2000-2010.

**Figura 1:** Percentual de crescimento da área plantada de soja Brasil, NE, MA – 2000/2010

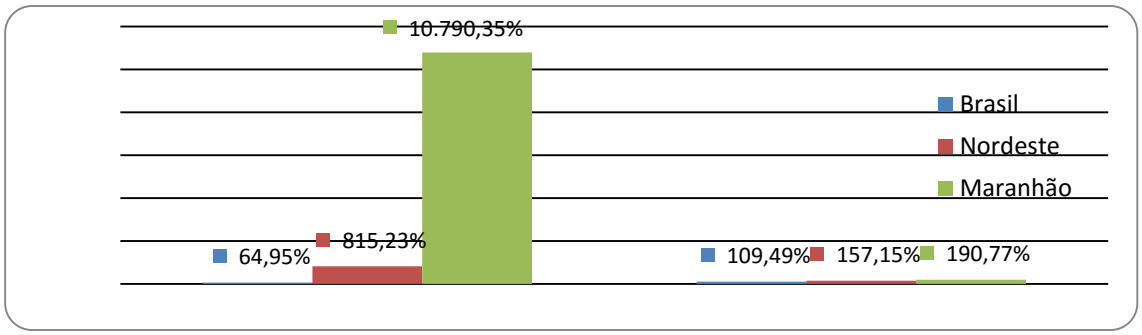



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2011).

[2] Em 2010 os estados que tinham as maiores extensões plantadas com soja eram: Goiás (2.445.600ha), Mato Grosso (6.227.044ha), Rio Grande do Sul (4.021.778ha) e Paraná (4.479.826ha). Os maiores estados em quantidade produzida eram: Paraná (14.091.829T), Rio Grande do Sul (10.480.026T), Mato Grosso do Sul (5.340.462T), Mato Grosso (18.787.783T) e Goiás (7.252.926T) (PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL/IBGE, 2011).

Enquanto que a média de crescimento da área plantada no Brasil era de aproximadamente 18%, o estado do Maranhão experimentava um crescimento médio de mais de 1.067% na década de 1990. De 2000 a 2010 a taxa de crescimento no estado diminui, mas continua acima da média nacional, tendo a área plantada por soja um acréscimo de mais de 177%, chegando o estado a ter 495.756ha de área plantada com soja em 2010, enquanto a média nacional foi de aproximadamente 70%. O gráfico seguinte traz as taxas médias de crescimento da quantidade produzida de soja no Brasil, região nordeste, estado do Maranhão.

**Figura 2:** Percentual de crescimento da quantidade produzida de soja Brasil, NE, MA – 2000/2010




Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2011).

A quantidade produzida de soja no estado do Maranhão cresceu na década de 1990 mais de 10.790%, muito acima da média brasileira que foi de aproximadamente 64%. Na década seguinte o crescimento médio no Maranhão foi novamente acima da média nacional, enquanto no estado o crescimento foi de mais de 190%, tendo mais 1.322.363T de soja produzida no ano de 2010, enquanto a média brasileira de crescimento de 2000 a 2010 foi de 109% e a média da região nordeste foi de aproximadamente 157%.

As regiões com maior produção são as micro-regiões de Gerais de Balsas, com uma produção anual de 814.585T e Chapadas das Mangabeiras, com 348.857T. As duas regiões que ficam na porção mais ao sul do estado, também têm a maior área plantada, respectivamente com 291.505ha e 128.703ha. Porém, apesar da grande importância dessas duas regiões na produção de soja, outras regiões aparecem com um forte crescimento na última década, Chapadas do Alto Itapecuru (361,98%), Porto Franco (321,64%), Alto Mearim e Grajaú (892,14%), todas essas mais ao sul do estado, significando a área de expansão do que poderia ser chamado de fronteira de expansão da soja no sul maranhense. E a região de Chapadinha – MA que representa uma nova região nos cerrados maranhenses e que nessa década contou com um crescimento na produção de 7.718,86% e de 10.320,92% na área plantada.

Esses dados demonstram o crescimento da agricultura da soja na região sul do estado, mostrando-a como nova região de produção de grãos no contexto nacional. É importante

salientar que a mudança produtiva com a nova atividade agrícola que vai se impondo a região, também muda a forma de organização do espaço e principalmente os elementos de produção do espaço, desde atores até ao ritmo e as temporalidades.

**O papel da moderna agricultura na refuncionalização do espaço sul maranhense**

A nova função agrícola que a região em estudo exerce é, sobretudo, resultado de uma reestruturação na base produtiva que ocorre. A reestruturação da agropecuária para Denise Elias (2006, p. 25) "[...] atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, e exerce profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos". Assim, o novo padrão produtivo estabelece novos processos sociais, resultado dessa nova função que impõem a região.

A intensificação do capitalismo na agropecuária brasileira a partir da reestruturação produtiva se processou de forma excludente no espaço, causando desigualdades e diferenciações entre os espaços. O qe nos faz refletir que a região em estudo não pode ser pensada a partir da mesma lógica de expansão da fronteira da moderna agricultura no Centro-Oeste brasileiro, apesar de guardar características em comum.

É preciso notar, que a nova atividade produtiva que avança tem sua base técnica atrelada à ciência e a tecnologia, mas que no estado do Maranhão não suprime de vez a base técnica anterior, associada, principalmente, a agricultura familiar. O espaço regional, como um todo cumpre uma nova função na economia nacional, mas com a associação de técnicas de diferentes tempos-espaços. A reestruturação agrícola ocasionada com o avanço da soja pode ser pensada dessa maneira, em que um antigo espaço opaco passa a exercer um forte poder atrativo para capital, mas que há um conflito/convívio entre diferentes espacialidades-temporalidades técnicas que fazem ser o espaço um múltiplo de formas, que apesar de tentar ser enquadrado na nova demanda do agronegócio, tem suas modificações marcadas num quadro de conflitos, com a formação de espaços de poder, ou seja, territórios que se confrontam.

Júlia Adão Bernardes assim se refere a imposição do novo, e seu padrão produtivo, ao precedente, ao tradicional:

> Todavia não devemos esquecer que as novas técnicas, quando se instalam num determinado lugar, podem se mesclar com técnicas precedentes, podendo estas também condicionar as novas, e tudo isso assegurava a individualidade de cada subespaço. Pode-se afirmar que, através do controle da produção comercialização e financiamento das técnicas, as firmas mundiais detêm as possibilidades de desenvolvimento e de controle dos sistemas técnicos ordenando e transformando os lugares (BERNARDES, 2009, p. 24).

A técnica, nesse caso, serve ao domínio do espaço pelos agricultores e empresários da moderna agricultura da soja. A agricultura da soja tem aporte em técnicas modernas para

aumentar sua produtividade. Aparatos técnicos, redes de informação, ciência e tecnologia são utilizados pelos atores hegemônicos da produção de soja com o intuito de alcançar uma taxa de lucro compatível com os investimentos dispensados. Isso muda as formas produtivas na região, como afirmação do modo de produção capitalista, impõe lógicas totalmente adversas a lógica local, transformando o território e sua maneira de apropriação. Um exemplo dessa mudança de perspectiva imposta na organização e apropriação do espaço é descrita por Andrade (1995). Segundo ela, no Sul Maranhense, a partir da década de 1970, quando começam a chegar os primeiros *Gaúchos*, as chapadas começam a ser cercadas. Ao mesmo tempo em que os agricultores da soja se apropriavam das áreas de chapada para o plantio dessa cultura, propriamente dito, também se apoderavam dos espaços de *baixão* para averbar a reserva legal, obrigação dada pelo código ambiental brasileiro.

A nova maneira de organização do modo de produção, com novos atores hegemônicos, acarreta uma nova organização territorial. As transformações nas relações de produção causam à produção do espaço, novas relações de poder e lógicas baseadas em elementos novos, trazidos com essas novas atividades, como por exemplo, a lógica da propriedade privada que avança às comunidades de camponeses nas "gerais[3]" (ANDRADE & SOUZA FILHO, 2008; CARNEIRO, 2007), ou o perfil de consumo (FERREIRA, 2008) com os novos agentes de produção do espaço que chegam a região, como investidores e trabalhadores de nível técnico/superior e que tem os maiores salários.

Isso que estamos chamando de refuncionalização do espaço faz parte de um novo contexto da produção que transforma todos os setores produtivos e dialeticamente modifica a forma, a estrutura, os processos e as funções espaciais. Primeiramente formas e estruturas tem um novo papel, antigos depósitos dão lugar ao que há de mais moderno na produção agrícola, antigas fazendas e a nova rede de transportes e relações passam a atender as especificidades da produção da soja. Exerce aí, também a transformação nas funções de formas espaciais, fixos e agentes do espaço e os processos são modificados às espacialidades que surgem com a expansão da moderna agricultura.

Esses processos de tecnificação do território refuncionalizam o espaço, criando um novo padrão de organização e uma nova rede de relações. As novas relações de produção que tem base na utilização de técnicas modernas imprimem no espaço sua modernidade. Assim, o espaço segue a lógica da rapidez e fluidez que essas técnicas carregam em si.

[3] As "gerais" são a designação dos altos das chapadas dado por camponeses da região. Esse *lugar* é tido como de uso comum, uso *geral* das comunidades camponesas para coleta e criação de gado.

**Globalização e *Técnica* na fronteira da moderna agricultura no maranhão**

A expansão do agronegócio da soja no Maranhão se dá num contexto de mudanças produtivas, em que o discurso da modernidade é trazido como redentor para a situação de subdesenvolvimento em que o estado se encontra. As mudanças no processo produtivo são vistas como necessárias e o padrão técnico da soja é visto como sinônimo de uma suposta modernidade que suprimiria inevitavelmente as formas arcaicas de produção na agricultura maranhense, relacionadas, nesse discurso, ao subdesenvolvimento do estado.

A peculiaridade da expansão da moderna agricultura no estado reside nas circunstâncias de desenvolvimento do modo de produção capitalista no espaço maranhense, em que persistem no Maranhão relações de produção arcaicas. No subsistema técnico regional de produção, como afirmado por Bernardes (2009, p. 15), "[...] os modernos sistemas técnicos não conseguiram eliminar completamente as estruturas tradicionais anteriores, muitas das quais coexistem com a agricultura cientificizada [...]".

Milton Santos (1982) ao expor da seletividade espacial, escreve que o modo de produção não se expande homogeneizando os espaços. Principalmente no atual momento histórico do capitalismo, de globalização da economia, o modo de produção se impõe aos lugares a partir do que ele vai chamar de verticalidades no território. O retorno do território, nesse sentido, implica das possibilidades de se pensar este conceito a luz do poder das corporações (SANTOS, 1994; 2002).

As formas arcaicas de produção são vistas por alguns teóricos, dependendo da sua fisionomia dentro do sistema produtivo, como resquício de modos de produção passados, a exemplo do que faz Alberto Passos Guimarães (1989). Apesar de ser contradito por uma série de outros pesquisadores que admitem que a permanência não se dê de forma descolada da estrutura de reprodução ampliada do capital, sendo estas comprometidas com a acumulação capitalista.

A produção de desigualdades é intrínseca ao funcionamento do sistema, mas é acompanhado por um discurso criado junto ao processo de globalização, de homogeneização dos espaços. David Harvey (2009) faz alguns questionamentos quanto a isso, norteando sua reflexão acerca da globalização como promotora de desigualdades espaciais e fragmentações no território. Para ele, responder a questão de como e porque a "globalização" se tornou um termo chave para a organização de nossos pensamentos no que respeita ao funcionamento do

mundo tem uma importância ímpar para o entendimento da atualidade. Para o autor, algo semelhante a globalização tem uma longa presença na história do capitalismo, a internacionalização das trocas e do comércio é exemplo disso. Harvey traz a globalização, assim, como sendo um "ajuste espacial" do capitalismo para solução parcial da crise da segunda metade do século XX. Se ela se refere a nossa geografia histórica recente é bem provável que esteja ligada a produção capitalista do espaço.

A ascensão do termo 'globalização' assinala uma profunda reorganização geográfica do capitalismo (HARVEY, 2009). Ele ressalta que a territorialização e a rerritorialização é um processo incessante no capitalismo. O caráter de aceleração do ritmo de circulação do capital é inerente ao capitalismo, além dos incessantes esforços de eliminar as barreiras espaciais, ou seja, aniquilar o espaço por meio do tempo, só podendo-o fazer a partir da construção de fixos. Dentro desse contexto, Milton Santos (2006) aborda assim a seleção dos espaços a partir da distribuição de forma desigual dos equipamentos:

> A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infra-estruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Mas esse equipamento chamado coletivo é, na verdade, feito para o serviço das empresas hegemônicas. Construídas com dinheiro público, essas infra-estruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população (SANTOS, 2006, p. 140).

A agricultura da soja com a inserção técnica que proporciona à região de sua expansão exerce um importante fator de mudanças estruturais no funcionamento das dinâmicas de produção do território. A agricultura moderna que se expande para a região agrícola do sul maranhense associa padrões do capitalismo atual de expansão produtiva e territorial, aumentando suas taxas de lucro a partir da valorização do capital pela técnica. Esta vem sendo associada aos aparatos da Revolução Verde, da mecanização da produção/colheita e articulação entre ciência e produção agrícola.

Júlia Adão Bernardes (2009b) escreve que, a modernização seletiva:

> Associada à modernização assentada no domínio da técnica, de saberes especializados, que vem se tornando cada vez mais seletiva em termos do acesso ao domínio do saber, emergem valores morais, estéticos, vinculados a novos estilos de vida, implicando em novas regras, novos tempos e usos do território (p. 30).

Ela continua dizendo que "A partir do esgotamento do velho, surge um novo modelo, que implica em novas técnicas e nova escala de produção, condições mais adequadas às atuais necessidades de acumulação" (BERNARDES, 2010, p. 15).

## NOVO PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA REGIÃO: MIGRAÇÃO E TRABALHO PRECARIZADO NA AGRICULTURA DA SOJA

Além de um trabalho altamente tecnificado[4], pela demanda criada por esse tipo de atividade, também o crescimento de postos de trabalho em setores precarizados do mercado de trabalho, bem como a ascensão de formas arcaicas de exploração do trabalho, como o 'trabalho análogo ao escravo' que vem acontecendo nos últimos anos. Analisamos as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ocasionadas pela expansão da agricultura da soja no sul do Estado do Maranhão, além dos elementos de permanência nessa região que implicam a existência de estruturas tradicionais de exploração da força de trabalho.

Aqui, entendemos o trabalho como mediação da produção de valor, assim como Karl Marx (2011) e de transformação e produção do espaço, assim como Antonio Carlos Robert de Morais, Milton Santos (1997; 1982; 2002) entre outros.

Nesse ponto, é importante debater o sentido do trabalho na produção social. Aqui partimos, então do que se convencionou chamar de modernidade para entender tais processos, já que esta reúne características da inovação técnica atual e os elementos modificadores do trabalho nessas regiões.

### Modernidade e trabalho na fronteira

As teses de que não vivemos mais na sociedade do trabalho, e de que a ciência se transformou na principal força produtiva são rebatidas por Ricardo Antunes (2000). E a sua linha de análise leva em conta que o capital não pode eliminar o trabalho social na produção de valor. Para ele o que acontece é que esse trabalho se complexifica e ao mesmo tempo o capital aumenta a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Além disso, ele utiliza como argumento que a ciência interage com o trabalho na necessidade de participar do processo de valorização do capital.

Para Ricardo Antunes (2000) a sociedade do capital e a sua lei do valor dependem cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversas formas de trabalho parcial,

[4] Entendemos que o trabalho altamente tecnificado é aquele que se baseia no manuseio das técnicas. A técnica pode ser entendida no panorama de interseção entre o ser humano e a natureza. Ou seja, o meio pelo qual o homem modifica a natureza. No atual momento, pensar o trabalho altamente tecnificado é relacioná-lo com o uso da ciência e tecnologia e no campo, sobretudo a partir da Revolução Verde das décadas de 1960-70, isso se torna um meio de aumento de produtividade e de inserção de maneira competitiva nos mercados internacionais.

terceirizado, que é crescentemente parte do processo de produção de capital. Ele argumenta a partir de algumas de suas constatações empíricas: A diminuição da classe operária tradicional; *subproletarização* que se liga ao trabalho parcial, precário, terceirização, à subcontratação. Assim, o que se verifica é uma heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.

Assim, o que Júlia Adão Bernardes escreve sobre a dinâmica produtiva e suas novas lógicas tornam-se importante nesse contexto. Para a autora:

> No contexto dinâmico de adequação a uma nova lógica produtiva, no âmbito do trabalho, coloca-se como fundamental a criação de recursos humanos no sentido do desenvolvimento de competências e habilidades compatíveis com as novas concepções de crescentes níveis de qualidade do processo produtivo. Entretanto, a estrutura de oportunidade que se instalou nas atividades da nova cadeia produtiva é notoriamente excludente" (BERNARDES, 2010, p. 24).

Nas regiões de expansão da fronteira da soja no Maranhão, a reestruturação do mercado de trabalho tem características peculiares, sobretudo a maneira contraditória de sua expansão, com a permanência de formas "arcaica" em detrimento ao avanço de novas relações de trabalho e com a modernização da produção, que se inserem no debate proposto da nova dinâmica produtiva. Suas características se enquadram, também, na discussão da expansão territorial do capital e a nova divisão territorial do trabalho. Assim, a agricultura da soja, baseada em técnicas modernas evidencia a região do sul maranhense como novo espaço do capital, com um novo padrão produtivo que se relaciona a essa divisão do trabalho a nível nacional e mundial.

Não é o típico trabalhador, e nem a forma tradicional de assalariamento que prevalece na região. O aparato técnico tem feito surgir um *novo trabalhador*, com especialização técnica para lidar com as novas formas de produção e que se assemelha ao novo trabalhador analisado por André Gorz. Esse novo trabalhador, assim como este autor analisa, faz parte do pressuposto de assimilação do modo de produção de novas técnicas que economiza no processo produtivo o trabalho vivo, aumentando assim, a utilização de trabalho morto.

As inovações técnicas que são balizares no período técnico-científico-informacional, e que justificam as novas relações de trabalho baseados tanto na capacitação técnica por um lado, como na sua precarização, são aparentes no complexo sojicultor do sul maranhense, polarizado pelo município de Balsas. Um exemplo dos insumos técnicos e sua utilização que se intensifica em Balsas é a utilização de maquinário agrícola, como é o caso dos dados sobre o uso de tratores no Maranhão e em Balsas.

**Tabela 01**: Comparativo da utilização de Tratores - Brasil/NE/MA/Gerais de Balsas – 1996 - 2006

| | Número de estabelecimentos agropecuários com tratores (Unidades) | | Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades) | |
|---|---|---|---|---|
| | 1996 | 2006 | 1996 | 2006 |
| Brasil | 512.144 | 519.302 | 799.742 | 788.053 |
| Nordeste | 36.347 | 41.493 | 55.476 | 58.736 |
| Maranhão | 2.269 | 3.411 | 3.965 | 5.866 |
| Gerais de Balsas - MA | 211 | 355 | 503 | 1.028 |
| Balsas – MA | 122 | 197 | 249 | 622 |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996, 2006).

O aumento do número de estabelecimentos com tratores no Brasil foi de aproximadamente 1,39% no período entre os anos de 1996 e 2006, já no Nordeste esse aumento foi de mais de 14%. Nesse mesmo período, o crescimento do número de estabelecimentos agrícolas que utilizavam tratores no Maranhão foi de mais de 50%, sendo que na micro-região de Gerais de Balsas esse aumento ultrapassou os 68% e no município de Balsas o crescimento foi de aproximadamente 62%, passando de 122 estabelecimentos para 197. O número de tratores no município aumentou quase 150%, enquanto no Brasil houve um decréscimo de aproximadamente 1,5%.

A modernidade que aqui se funda nos padrões de produção vinculados a técnica, muda estes e impõe novas formas de relação com o mercado em que preponderam os preços internacionais, também modifica as relações locais, criando tensões com as populações precedentes a nova lógica. Essas populações são tidas pelos agentes da modernidade como empecilhos e sujeitos a serem removidos do lugar.

O planejamento na nova espacialidade da modernidade se dá com ênfase na produtividade, e assim, as populações camponesas que tem sua produção voltada para relações familiares e comunitárias são negadas, tendo que, ou serem substituídas pelos *verdadeiros produtores*[5] na modernidade ou serem ainda introduzidas nos rápidos circuitos do capital, sendo inseridas nos complexos produtores. As consequências desse processo modernizador são visíveis a partir de vários elementos que se tornam contraditórios ao discurso do Estado de

[5] Os relatórios do PRODECER indicam que os municípios que passam a ser abrangidos pelo projeto, são incorporados produtivamente. Assim, nega-se a produção existente, por isso utilizamos esse termo fazendo alusão ao que o planejamento estatal tem como *verdadeiros produtores.*

desenvolvimento, desde a periferização que acontece no espaço urbano de Balsas, à exclusão de parte da população do produto das atividades que acontecem no município e no meio rural. As consequências são descritas dessa maneira por Ferreira (2008, pp. 51-52):

> Essas repercussões são sentidas junto aos trabalhadores rurais do sul do Maranhão a partir das transformações introduzidas no mundo do trabalho, pela agricultura capitalista, quando grandes contingentes de trabalhadores são excluídos dos postos de trabalho que executavam anteriormente, para dar lugar a uma mão-de-obra mais qualificada para executar as atividades exigidas pelo novo sistema produtivo, implicando na formação de uma grande quantidade de trabalhadores agrícolas desempregados, mas que não possuem condições de pleitear trabalho em outra área, dada a sua baixa, ou nenhuma, formação escolar, favorecendo a prática de trabalhos temporários.

A tensão que há com o avanço dessa modernidade entre o uno e o diverso, ou seja, entre o princípio unificador das partes e a diversidade espacial irá criar conflitos para o domínio do território, de recortes do espaço qualificados pelo sujeito, como diria Rui Moreira (2007). Os sujeitos, sejam os grupos camponeses ou o empresariado do agronegócio, agentes por excelência da modernização, serão os contrapontos do conflito para o domínio do território.

**O território e o novo mercado de trabalho: implicações na região produtiva**

Podemos denotar que duas principais características permeiam a nova composição do mercado de trabalho na região produtiva da soja. A primeira diz respeito a um novo trabalhador, ligado a técnica e a ciência, com altos salários e que vem de fora para se empregar nas empresas e fazendas agrícolas da soja. A segunda característica é a permanência de formas arcaicas de exploração do trabalho, que se articulam as novas, formando uma rede com o intuito de maior exploração e acumulação.

Júlia Adão Bernardes trata assim:

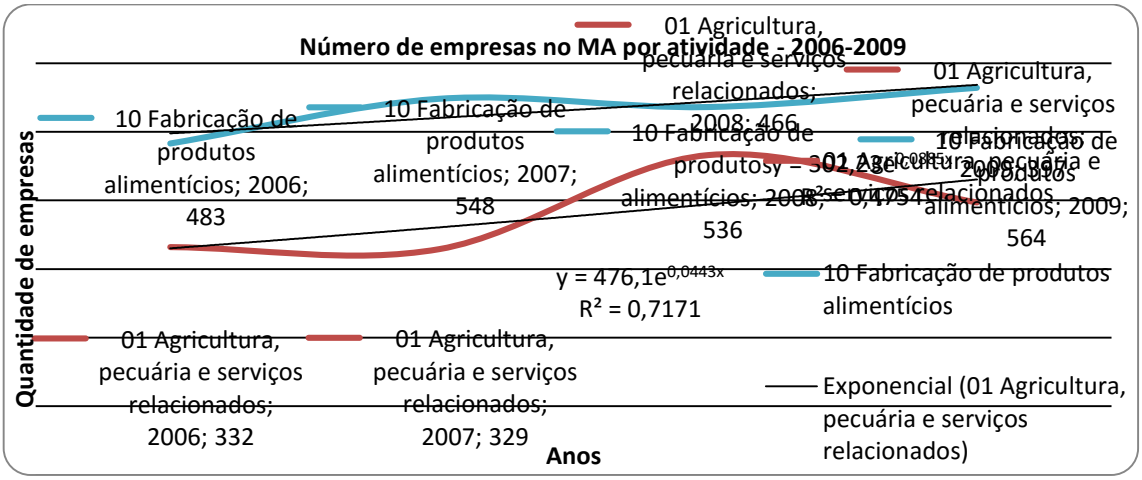
> [...] a técnica em si não permite explicar o fenômeno da expansão das novas cadeias produtivas, pois, para entender essa produção da riqueza é imprescindível relacionar técnica e relações sociais. Assim, a substituição de determinadas atividades por outras mais rentáveis, se assenta no trabalho mal remunerado, temporário e no estabelecimento de novas relações de dependência, podendo a modernidade significar grandes possibilidades como também grande ônus (BERNARDES, 2010, p. 25).

Dessa forma, entendemos que, tanto há o crescimento de um mercado de trabalho ligado a técnica, em que o trabalhador se liga a produção a partir da ciência e tecnologia. Nesse caso, o trabalho morto é preponderante no processo produtivo. Como também há, na peculiaridade do estado a reprodução de uma exploração do trabalhador nos moldes arcaicos, de

superexploração, visando uma maior taxa de acumulação, a partir da exploração do sobretrabalho.

De maneira geral, é importante ressaltar, que no Maranhão, o novo papel que a economia tem nas últimas décadas faz com que o número de empresas ligadas a produção agropecuária cresça, principalmente no que diz respeito a fabricação de produtos alimentícios, como o gráfico abaixo demonstra.

**Figura 3**: Crescimento do número de empresas no MA – por atividade – Agricultura, pecuária e serviços relacionados; Fabricação de produtos alimentícios; Tendência exponencial.



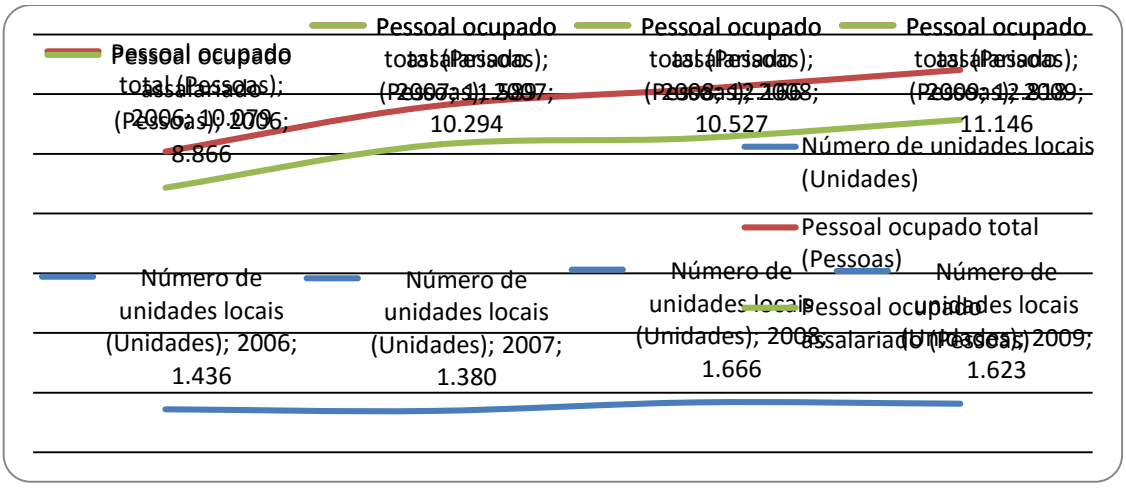

Fonte: Censo das empresas – IBGE (2011)

A tendência geral é de incremento no período demonstrado, apesar do decréscimo entre 2008 e 2009, provavelmente ocorrido em decorrência da crise financeira internacional que acarretou em menos investimentos de países estrangeiros em áreas em crescimento dos países do terceiro mundo.

No município de Balsas, a partir de processos de concentração e centralização passa a reunir as principais atividades que se relacionam a cadeia produtiva da soja. Dessa maneira, bancos, escritórios de empresas agrícolas, corretoras de seguro, corretoras de imóveis e demais atividades passam a se localizar nesse centro regional. Assim, os dados nesse município repassam a polarização que ele exerce na região de expansão da soja no sul do Maranhão e evidenciam o tipo de trabalho urbano que a fronteira da moderna agricultura reproduz.

No município de Balsas a tendência de crescimento das unidades locais empresariais, bem como do pessoal ocupado de forma geral é repassada pelo gráfico seguinte, que evidencia o incremento ocorrido no período de 2006 a 2009.

**Figura 4**: Variação do número de unidades locais, pessoal ocupado total e pessoal ocupado assalariado em Balsas.




Fonte: Censo das empresas – IBGE (2011)

Um comparativo do crescimento de pessoal ocupado, assalariado e número de unidades locais na região de Gerais de Balsas nos levam ao grande incremento que houve nas últimas duas décadas. Quanto ao número de unidades locais o maior crescimento foi o de estabelecimentos de educação, com mais de 628% de crescimento no período de 1996 a 2006, passando de 7 para 51. Esse número pode ser tomado de forma relativa, pois pelo número excessivamente baixo pode denotar uma taxa de erro de acordo com a metodologia de coleta do IBGE.

O segundo setor que teve maior crescimento quanto ao número de unidades locais foi de transporte, armazenagem e comunicações com mais 586% de crescimento nesse mesmo período, passando de 15 para 103 unidades na região. Além desses, temos ainda o serviço de alojamento e alimentação com mais 307% e o serviço de intermediações financeiras, seguros, previdência complementar e serviços complementares com mais de 230%.

Quanto ao pessoal ocupado total, temos que as atividades de alojamento e alimentação e as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas tiveram o maior crescimento, com mais 784% e 588% de crescimento respectivamente. Outro setor que teve amplo crescimento na região foi o de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos com mais de 532% no período de 1996 a 2006.

Os setores que tiveram maior crescimento do pessoal ocupado assalariado foram de Alojamento e alimentação com 2.083%, Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos com 1.298%, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas com 916% e a Indústrias de transformação com 706%.

O crescimento nessas atividades, inclusive superando em muito o crescimento ocorrido pela atividade agrícola, pecuária, silvícola e de exploração florestal, demonstra o caráter urbano que o agronegócio e a moderna agricultura têm. Empregando muito menos que na própria agricultura, inchando o setor terciário, de comércio e serviços principalmente.

É preciso ressaltar que, ao mesmo tempo em que o trabalhador vinculado a técnica e com qualificação cresce na região, pelos dados do IBGE, podemos denotar que também cresce outros tipos de trabalhos, principalmente os que se ligam ao setor terciário. Mas, sobretudo o que estamos chamando de trabalhadores precarizados, que suprem a necessidade da expansão da fronteira que se dá a partir da lógica da expansão territorial do capital, e que David Harvey (2005) exprime com o aumento da produção a criação de uma de uma demanda de consumo, mão de obra barata e a criação de desempregados. Assim, nos dois perfis de trabalhadores que se associam a expansão da fronteira da moderna agricultura, podemos afirmar que eles têm relação com os novos padrões de acumulação do capital.

Essa nova forma que o mercado de emprego e o trabalho tem na região se vincula a atração de um conjunto de atividades empresariais que se relacionam com a reestruturação produtiva da agropecuária, trazendo consigo um aporte técnico produtivo que muda a demanda por mão de obra e sua qualificação para operacionalizar determinadas tecnologias. Além de se ligar a atividades que tinham pouca expressão, como o mercado imobiliário ou o setor de serviços e o comércio de forma geral.

Podemos dizer que a atividade da soja tem feito o fluxo migratório crescer na região produtiva agrícola da soja no sul do Maranhão, atraindo investidores, produtores e mão de obra para atuar no complexo da soja, seja de forma direta ou indireta, mão de obra qualificada ou não. A chegada de firmas na região, ligadas a economia da soja, atrai profissionais de nível superior e técnico para atuar com as técnicas modernas, além de investidores do circuito da soja. Estes sujeitos implicam ao espaço uma nova forma de consumo, ligada ao uso de serviços especializados e que não tem nenhum vínculo com o consumo tradicional do lugar.

As repercussões sócio-econômicas mais significativas da expansão da moderna agricultura da soja, segundo Maria da Glória Rocha Ferreira (2008) são a ampliação do dinamismo da área urbana nas cidades-sede e aceleração do processo de periferização nesses espaços, além do aumento do consumo decorrente de uma nova demanda criada por agentes e sujeitos atraídos pela produção agrícola impulsionando o setor de comércio e serviços. As novas atividades fazem com que o custo de vida aumente na região e exclui a população do município dos benefícios que o discurso estatal atribui ao agronegócio da soja. Há, assim, uma readaptação

do espaço urbano, principalmente de Balsas, para atender a população imigrante, sendo a reestruturação produtiva excludente, intensificando a desigualdade social, e a periferização é o exemplo mais aparente disso.

Tanto a chegada de firmas ligadas ao agronegócio quanto a mudança no consumo local, acarreta uma demanda nova no mercado de trabalho. Este que nem sequer poderia ser descrito como um mercado consolidado anterior a economia da soja, se modifica para atender as necessidades desta atividade. Observamos, assim, um novo trabalhador rural, que está localizado no centro urbano. O trabalho, com ênfase em atividades urbanas e do terceiro setor é montado em cima das demandas da agricultura da soja.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da fronteira da moderna agricultura, criando uma nova região produtiva se faz de maneira a criar e recriar novas maneiras de exploração do trabalho por parte do modo de produção. No atual momento histórico, em cima de técnicas modernas ou de formas aparentes de outros modos de produção. A produção do novo espaço regional obedece a essas novas formas de trabalho, que ainda tem o seu elemento mediador na produção de mercadoria.

A consolidação da cultura de grãos no sul maranhense gerou uma refuncionalização do espaço e novas territorialidades podem ser pensadas a partir desses processos. A agricultura camponesa e sua organização espacial se desarticulam com uma nova lógica implantada pelo agronegócio. Dando lugar ao padrão espacial da moderna agricultura de grãos.

Nesse contexto, temos que a criação de um mercado de trabalho, com força-de-trabalho barata e disponível na forma de exército de reserva é fundamental. Isso se dá pela necessidade do capital extrair mais-valia da exploração do trabalho e aumentar essa exploração a partir de várias maneiras. Seja pela via técnica ou pela precarização do trabalho com o aumento de carga horária e a exposição do trabalhador a formas abusivas.

Com novas atividades dinamizando a economia da região, a cidade passa por transformações. Por um lado os novos sujeitos que migram para o urbano impõem novos processos exógenos ao lugar e por outro lado, novas atividades surgem no local, atraídas pela economia da soja. A dinâmica econômica da região se modifica e podemos dizer de novos processos na produção do espaço. As repercussões podem ser descritas com novas formas de consumo nos principais centros e a segregação e periferização sendo realçadas.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO, José Bertoldo (orgs). A territorialidade do capital (Geografias da Soja II). Rio de Janeiro: Arquimedes edições. 2009.

ANDRADE, Maristela de Paula. A modernização da agricultura e a colonização do sul maranhense. Relatório de Pesquisa, 1983.

ANDRADE, Maristela de Paula. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). Carajás: Desenvolvimento ou Destruição. São Luis: CPT, 1995.

ANDRADE, Maristela de Paula. Os gaúchos descobrem o Brasil. São Paulo: FFLCH/USP, 1981. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito (Org.). Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luis: Edufma, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000. (Cap. III – As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje).

BERNARDES, Julia Adão. As Estratégias do capital no Complexo da Soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BERNARDES, Julia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO, José Bertoldo (orgs.). A territorialidade do capital (Geografias da Soja II). Rio de Janeiro: Arquimedes edições. 2009.

BERNARDES, Julia Adão. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luis Angelo dos Santos (orgs.). Espaços e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; EVANGELISTA, Leonardo N.; VIEIRA, Anderson S. A 'modernização' da agricultura no Sul Maranhense: um balanço 30 anos depois. 2007. (impresso).

ELIAS, Denise. Pensando os espaços agrários luminosos do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs). Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de balsas – MA. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 2008. (Doutorado em Geografia)

GORZ, André. Metamorfoses do Trabalho.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. Trad. Carla Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção: Geografia e Adjacências).

HARVEY, David. Espaços de Esperança. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Produção Agrícola municipal. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br; Acesso em: 08/04/2009d .

LEFEBVRE, Henri. De l'État - 4. Les Contradictions de l'État Moderne. Paris: Union Générale d'Éditons, 1978.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. Ed. 28. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Tradução: Reginaldo Sant'Anna).

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MOREIRA, Rui. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K [et al.]. Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. (coleção espaços).

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade (ensaios). 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982

SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SOUZA, Maria Adelia de; SANTOS, Milton (orgs). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re (li) gião. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.